

# **Mídia noticiosa e adesão democrática: O papel de fontes secundárias de notícias**

**02**  
CADERNOS  
DO NUPPS  
2010

Nuno Coimbra Mesquita

Departamento de Ciência Política  
Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas  
da Universidade de São Paulo

NUPPs

Núcleo de Pesquisa  
de Políticas Públicas da  
Universidade de São Paulo

## MÍDIA NOTICIOSA E ADESÃO DEMOCRÁTICA: O PAPEL DE FONTES SECUNDÁRIAS DE NOTÍCIAS\*

### Introdução

Diferentes perspectivas teóricas argumentam que os meios de comunicação são importantes veículos que devem ser levados em consideração por seu impacto sobre atitudes políticas dos cidadãos. Algumas dessas perspectivas sobre o papel da mídia para a democracia na literatura internacional apontam um crescente cinismo no lidar com assuntos políticos por parte do jornalismo político, levando à depreciação da política e dos políticos em geral (Patterson, 1998; Cappella & Jamieson, 1997; Mervin, 1998). Por outro lado, estudos baseados em *surveys* indicam que o consumo de notícias pela mídia se associa a atitudes mais democráticas e à maior confiança no regime (Norris, 2000; Newton, 1999).

No Brasil, pesquisas de análise de conteúdo retratam o jornalismo político brasileiro - eletrônico e impresso - como tendo um forte viés antipolítico. As conclusões derivadas desses estudos seriam que esse comportamento adotado pela mídia frente a política poderia ter efeitos nefastos sobre atitudes frente ao sistema - como a queda de confiança nas instituições - colocando sérios obstáculos à legitimidade do próprio regime democrático (Chaia e Azevedo, 2008; Porto, 2000a; Chaia e Teixeira, 2001). No sentido contrário desses estudos, pesquisas com base em *surveys* têm demonstrado como o consumo de telenoticiários se associa a maiores níveis de confiança institucional (Mesquita, 2010a) e - ainda que de forma mais modesta - a princípios democráticos e valorização do papel dos partidos políticos (Mesquita, 2010b). Esses resultados indicam que, diferentemente do que sugere parte da literatura no Brasil, os cidadãos saberiam diferenciar desvios individuais de falhas no funcionamento de suas instituições. Essa associação positiva se basearia justamente no fato de o público ter acesso a muita

---

<sup>1</sup> Este trabalho é parte de um projeto de pós-doutorado em andamento sobre mídia e apoio político no Brasil, desenvolvido junto ao Departamento de Ciência Política da USP e financiado pela Fapesp (processo 08/57470-0).

informação sobre suas instituições, o que daria ao público condições de melhor avaliar o funcionamento do regime.

Em uma sociedade fortemente centrada na televisão, o telejornal - em especial o *Jornal Nacional* da Rede Globo - é tida como fonte privilegiada de notícias dos brasileiros.<sup>1</sup> Entretanto, ainda que exista essa primazia da TV, ela não se constitui como única forma de acesso às notícias, sendo crucial o entendimento do papel de outros meios. O alcance, conteúdo e formato das mensagens são diferentes em distintas mídias. A televisão é considerada como meio que potencialmente pode influenciar mais as pessoas que se interessam menos por política, criando um efeito de ‘encapsulamento’. Isso se deve ao fato de essa mídia ser menos seletiva em termos de audiência. A mídia impressa, ainda que mais seletiva, pode ter sua cobertura política chegando mais facilmente aos mais interessados. O rádio no Brasil, ainda que fonte menos privilegiada de notícias, ainda sobrevive como um “nicho” entre certo segmento da população (Meneguello, 2010). Como esses meios se relacionam com atitudes dos cidadãos frente ao sistema político?

O impacto positivo de telejornais de qualidade sobre atitudes políticas, a despeito de seu viés antipolítico, pode-se explicar pelo seu tratamento das notícias não ser antiinstitucional. Se referem a descrição de casos de corrupção, onde políticos, como indivíduos, são retratados de forma negativa. As instituições e o sistema democrático não têm um tratamento depreciativo por parte desse meio (Mesquita, 2010a). No caso de noticiários diferentes, de cunho mais sensacionalista, onde um “mundo perverso” é descrito com ênfase na cobertura da violência poderia ter um impacto diferente sobre atitudes políticas dos cidadãos. Que impacto programas de TV estilo “tablóide” podem ter sobre a percepção das pessoas acerca do mundo político?

O objetivo desse *paper* é investigar o papel de fontes secundárias de notícias para atitudes de adesão democrática. Por outro lado, se quer saber se essas fontes são relevantes para a valorização do papel dos partidos políticos para a democracia. A aceitação dos partidos como instituição necessária ao regime também constitui um aspecto essencial de uma cultura democrática. Assim, é importante saber se a exposição a notícias pela mídia é relevante para orientações dos cidadãos quanto ao sistema partidário. Importa saber se essa exposição é benéfica ou perniciosa para a criação de uma cultura política que

---

<sup>1</sup> O número de pesquisas acadêmicas que o tem como foco atestam isso (ver, por exemplo, Porto, 2002, 2005; Lins da Silva, 1985, Mesquita, 2008, 2010; Miguel, 1998, 2002).

favoreça e valorize o papel dos partidos para a representação dos cidadãos no sistema político.

O texto discute inicialmente a questão da adesão democrática como aspecto da qualidade do regime, tratando as diferentes abordagens sobre o papel dos meios de comunicação para essa questão. Diferenciam-se a teoria dos efeitos negativos e a teoria da mobilização. A partir dessas perspectivas teóricas e da especificidade do caso brasileiro, propõem-se hipóteses empiricamente verificáveis. Em seguida, apresentam-se as análises relativas ao papel das notícias nos jornais - seguidas pelos dados referentes as notícias no rádio - para atitudes de adesão à democracia e valorização do papel dos partidos políticos. Também se analisa o impacto de um programa de notícias de cunho mais popular na televisão – o *Cidade Alerta* da TV Record – para essas mesmas atitudes. As considerações finais buscam refletir sobre o papel desempenhado pela mídia noticiosa para a qualidade democrática. Utiliza-se, nesse trabalho, dados do *survey* ESEB (2002).<sup>2</sup>

### **Mídia e Qualidade Democrática**

Atitudes de apoio à democracia são fundamentais para a qualidade do regime. A investigação da qualidade dos regimes foi impulsionada após a terceira onda de democratização e também depois de sinais de crescente insatisfação com o funcionamento concreto das democracias mais antigas. Dessa forma, aumentou o esforço acadêmico com o intuito de investigar *como* de fato funcionam os regimes, superando os questionamentos de *por que* as transições ocorreram. Diamond e Morlino (2004) definiram o império da lei, a competição, a participação, *accountabilities* vertical e horizontal e societal, a liberdade, a igualdade e a responsividade como dimensões cruciais para a qualidade da democracia. Esses autores sugerem que a qualidade do regime varia tanto mais quanto as dimensões mencionadas interagem e articulam-se entre si.

Destaca-se aqui a dimensão da responsividade. Como diz respeito à consonância entre as políticas adotadas pelos representantes eleitos com os anseios dos cidadãos-eleitores, relaciona-se com o grau de satisfação com o desempenho do regime e a legitimidade que lhe atribuem os participantes da comunidade política. Sob essa perspectiva, portanto, é crucial ao entendimento da qualidade da democracia o estudo do

---

<sup>2</sup> Estudo Eleitoral Brasileiro, CESOP (Centro de Estudos da Opinião Pública da Unicamp). Amostra representativa nacional, N= 2514 .

apoio público ao regime. O problema do apoio público à democracia compreende dimensões diferentes. A idéia original de Easton (1965) acerca do apoio difuso – relativo à atitude em relação ao sistema como um todo – e específico – referente à satisfação dos cidadãos com o desempenho dos governos e de lideranças políticas – tem sido retomada e ampliada em algumas abordagens.

Autores têm trabalhado com cinco níveis desse tipo de atitude: o apoio à *comunidade política* (relacionado ao vínculo dos cidadãos ao Estado-nação e geralmente medido pelo sentimento de orgulho da nacionalidade); ao *regime democrático per se* (referente à adesão dos cidadãos à democracia como um ideal, ligado a valores como liberdade, o império da lei, participação e tolerância); ao desempenho real do sistema democrático medido pela *satisfação com o regime*; às *instituições democráticas* (mensurado pela confiança depositada nas instituições públicas) e aos *atores políticos* (referente à avaliação de líderes e políticos) (Norris, 1999; Moisés e Carneiro, 2010).

A dimensão de interesse nesse trabalho - a adesão à democracia *per se* – deve ser pensada por dois conjuntos de orientação. Por um lado, a democracia pode ser pensada como um tipo ideal de se estruturar um sistema político. Tem-se em conta, assim, a adesão a certos princípios do sistema democrático, como, por exemplo, a observância do império da lei (*rule of law*). Por outro lado, a adesão democrática também pode ser vista com uma medida mais realista; um mal menor se comparado às alternativas, o que geralmente se refere como “hipótese de Churchill”. No Brasil, cerca de 70% dos cidadãos aderem à democracia tendo em vista uma orientação ideal (democracia sempre melhor do que qualquer outra forma de governo). Por outro lado, tendo em vista uma medida mais real, a “hipótese de Churchill”, 77% concordam muito ou um pouco de que a democracia pode ter alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo (ESEB, 2002).

Ligada a questão da adesão aos princípios do regime está o papel de intermediação dos partidos políticos. Entendido como um requisito do ideal democrático, sua valorização constitui um dos elementos essenciais à essa adesão. De modo análogo, essa valorização dos partidos pode ser vista como composta por uma orientação mais normativa e outra mais pragmática. A primeira se refere ao papel valorativo que deveriam representar os partidos políticos para a democracia. De outro modo, a segunda representa a percepção do real papel que os partidos desempenham e a proximidade que se têm deles. Em geral, os

brasileiros ostentam melhores percepções normativas dos partidos, enquanto a visão do real papel que desempenham é mais crítica. Por exemplo, quase 70% acreditam que os partidos deveriam representar o conjunto da população, enquanto a proporção que tem essa visão acerca do real papel desempenhado por eles é de apenas 9%, sendo que 57% acreditam que eles representam os próprios políticos e 34% os eleitores e grupos que os apóiam (ESEB 2002).

Diferentes perspectivas lançam luz sobre o que determina essa adesão. Por um lado, estudos de cultura política, por exemplo, dão ênfase a aspectos como valores políticos ou orientações normativas de cidadãos (Almond & Verba, 1963; Inglehart, 2002). Teorias institucionalistas da democracia, por sua vez, desconsiderando esses fatores, acreditam mais no desempenho real dos governos e suas instituições como elementos que explicam fenômenos como confiança ou apoio ao regime (Coleman, 1990; North, 1990). Essas perspectivas não significam hipóteses necessariamente concorrentes. Tanto a cultura política como a avaliação das instituições podem afetar de diferentes modos a experiência dos indivíduos e influir sobre suas orientações políticas. Para o caso brasileiro, por exemplo, Moisés (2010) sustenta que orientações valorativas e pragmáticas não representam perspectivas contrapostas para a explicação das atitudes e percepções intersubjetivas dos indivíduos quanto ao regime político. Ao contrário, as duas abordagens desempenham um papel na relação dos cidadãos com o regime democrático.

A importância da mídia para explicar a adesão também não deve ser vista como uma hipótese concorrente. Dada a importância destacada dos meios de comunicação nas sociedades contemporâneas, no seu papel de informar os cidadãos acerca das questões públicas, defende-se que estes exercem uma influência sobre a percepção pública das instituições e da democracia. Desse ponto de vista, a influência dos meios de comunicação não deve ser vista de maneira dissociada nem da perspectiva culturalista, nem de uma visão institucionalista. Isso porque, por um lado, os meios de comunicação são os responsáveis por disseminar informações práticas sobre instituições. Essa informação, juntamente com a experiência prática que os cidadãos tem com as mesmas, dão base para que os indivíduos formem suas atitudes em relação a elas. Não obstante, a mídia também é responsável por transmitir valores, podendo influir em visões mais normativas que os indivíduos têm sobre seu sistema político.

A partir da década de 1990, críticas à mídia tornaram-se comuns. Para Patterson (1998), existe uma demanda crescente para que a mídia desempenhe papéis para os quais ela não está apta. Espera-se que – além de informar os cidadãos sobre assuntos correntes e vigiar o poder público para impedir má conduta dos governantes – também desempenhe uma função preponderante na condução da agenda pública, organização de discussões públicas e instrução dos cidadãos quanto a temas relevantes de questões e problemas políticos. O autor destaca, entretanto, que o tempo que a mídia dispõe para a cobertura de assuntos públicos a impede de desempenhar esse papel. Outra tese levantada por Patterson (2000) é que a postura excessivamente crítica do jornalismo estadunidense em relação aos políticos, com uma cobertura majoritariamente negativa do processo político, tem levado a um desencantamento dos cidadãos para com seus líderes e instituições políticas.

Outra crítica à mídia é a própria estrutura das notícias de política, que teria efeitos diretos no cinismo do público em relação à política, ao governo, aos debates políticos e às campanhas. Uma *cobertura estratégica* – que enfatiza aspectos negativos e competitivos da disputa política – promoveria o sensacionalismo e a simplificação de assuntos complexos, gerando uma “espiral de cinismo” no público, promovendo seu desengajamento tanto do processo político quanto da própria mídia (Capella e Jamieson, 1997). A mídia jornalística seria culpada de promover um conteúdo negativo e cínico em relação à política e aos políticos. O cínico tende a acreditar que o sistema político é corrupto, seus agentes não estão preocupados com o bem público e que seu processo é motivado por vencer e não governar. O cinismo, então, leva à falta de confiança nas instituições.

Contudo, essa visão negativa acerca do papel dos meios de comunicação de massa para os processos democráticos não é unânime. Existe também a perspectiva teórica de que uma combinação de níveis educacionais cada vez mais altos com o acesso cada vez maior a informações políticas tem ajudado a mobilizar os cidadãos, tanto em termos de aumento do conhecimento quanto em termos comportamentais. Não é que a mídia possua apenas efeitos positivos. Há a necessidade de se separar cuidadosamente os efeitos positivos dos negativos das diferentes mídias, mensagens e espectadores.

Nessa linha, Newton (1999) identificou uma associação, ainda que fraca, entre a audiência televisiva e efeitos negativos da mídia. Entretanto, esses efeitos se restringiram a

um menor conhecimento e entendimento sobre política. As variáveis de apoio político testados pelo autor – confiança nas instituições e satisfação com o funcionamento da democracia britânica – não foram afetadas pela audiência televisiva no geral. A associação mais robusta, entretanto, foi entre a leitura de jornais de qualidade e maiores níveis de conhecimento político e maiores índices de interesse e entendimento de política. A confiança nas instituições também se mostrou positivamente associada com a leitura de jornais.

Norris (2000) argumenta que – apesar das profundas mudanças na estrutura da indústria das notícias e no processo de campanhas políticas desde o período pós-guerra – não é claro que tais mudanças tenham corroído os padrões da cobertura política, muito menos que tenham contribuído negativamente para a política. Ao contrário, a autora defende que, por conta de um “círculo virtuoso”, a atenção à mídia noticiosa gradualmente reforça o engajamento cívico, assim como o engajamento cívico aumenta a atenção às notícias. Ela concluiu ser possível que um padrão consistente de notícias negativas corra o apoio específico a determinados líderes, governos e políticas. Entretanto, defende que a cobertura dos meios de comunicação não é capaz de influir diretamente sobre o engajamento público. Ao contrário, seu estudo indicou que aqueles mais expostos à mídia noticiosa e a campanhas partidárias demonstram ser mais conhecedores, mais confiantes em relação ao governo e ao sistema políticos e mais aptos a participar em campanhas políticas, não menos.

No Brasil, existe uma lacuna no que diz respeito ao estudo das inter-relações entre a mídia e o apoio público à democracia. Existe maior interesse no papel dos meios de comunicação para os processos eleitorais (Straubhaar, Olsen & Nunes, 1993; Lins da Silva, 1993; Porto, 1996 e 2007; Miguel, 1999, 2003 e 2004). Existe, também, um interesse em análises de conteúdo dos meios de comunicação. Nessas, há um tratamento comum e unânime que apontam o caráter antipolítico da mídia no Brasil. A cobertura da mídia jornalística – especialmente do poder legislativo – é frequentemente descrita como negativa, focando temas como a corrupção, o nepotismo, o clientelismo e outras irregularidades. Ainda que necessário em uma democracia, esse jornalismo de investigação e seu caráter antipolítico teriam o potencial de disseminar a desconfiança e o rechaço à política, colocando sérios obstáculos à legitimidade do próprio regime



democrático (Chaia e Azevedo, 2008; Porto, 2000a; Chaia e Teixeira, 2001). Existe, não obstante, a perspectiva de que esse tratamento negativo em relação aos políticos como indivíduos falha ao não reconhecer que parte dos problemas apontados também são fruto de um sistema político com necessidade de reformas. Assim, esse tipo de cobertura – ainda que negativo em relação aos políticos – teria um caráter deferente ao sistema político e suas principais instituições (Miguel e Coutinho, 2007).

Ainda que esses estudos possam sugerir hipóteses interessantes, parte-se, aqui, do pressuposto de que a mídia não pode ser apenas estudada pela análise de conteúdo das mensagens emitidas, já que o público não as interpreta de maneira homogênea. Qualquer um – tendo elementos de representação do real, como a cultura popular e organizações comunitárias, por exemplo – é capaz de absorver criticamente aquilo que consome pela televisão (Lins da Silva, 1985). A relevância do papel da televisão e de outros meios de comunicação como fontes de informação se dá em um contexto maior, no qual igualmente pesam fontes interpessoais, como família e amigos, bem como organizações como a Igreja, sindicatos e associações de bairro (Straubhaar, Olsen e Nunes, 1993).

Dessa forma, ainda que estabelecido o caráter antipolítico dos meios de comunicação no Brasil, não é certo que ele represente um obstáculo à democracia através da reprodução de casos de corrupção e irregularidades que pudessem levar a uma descrença em políticos e instituições como um todo. Primeiro, é preciso ir mais a fundo no próprio conteúdo da mídia. Existe certo consenso de que o retrato negativo que a mídia faz da política se restringe à representação crítica de agentes públicos. Os meios de comunicação não são acusados de serem cínicos em relação ao sistema ou instituições políticas. O que existe é a suposição de que essa caracterização individual negativa representa, por extensão, também uma visão negativa das instituições (Porto, 2000a; Chaia & Azevedo, 2008). Por outro lado, pode-se argumentar que a ênfase no conflito e a cobertura de informações negativas é uma função democrática da mídia, que também deve atuar como *watchdog*, responsabilizando governos e autoridades políticas por suas ações (Schmitt-Beck e Voltmer, 2007). Longe de abalar a confiança nas instituições, por exemplo, seria a percepção de que a mídia vigia o poder, um dos garantidores do clima de geral de confiança.

Ao contrário do que estudos que privilegiam análises de conteúdo propõem, estudos baseados em *surveys* apontam mais para efeitos modestos e mais de orientação positiva em relação ao sistema político do que negativos. Meneguello (2010) encontra relação modesta entre informações veiculadas pela mídia, sobretudo eletrônica, e avaliações críticas do funcionamento da democracia, bem como com a desconfiança institucional. Por outro lado, a despeito de um período em que os noticiários foram repletos de notícias sobre casos de corrupção envolvendo políticos de diversos partidos políticos, a audiência do telejornal *Jornal Nacional* se mostrou positivamente associada à confiança e avaliação de diversas instituições públicas, bem como à satisfação com a democracia brasileira (Mesquita, 2008b, 2010). Ainda que não se afirme uma preferência por uma ou outra direção de causalidade, esses resultados desafiam a suposição de que uma mídia com viés antipolítico possa minar a confiança que os cidadãos depositam em suas instituições.

Diferentemente do que sugere parte da literatura no Brasil, portanto, os cidadãos parecem diferenciar desvios individuais de falhas no funcionamento de suas instituições. Ao se dar publicidade a irregularidades e, ao mesmo tempo, aos órgãos encarregados de investigá-las, os cidadãos são confrontados com mecanismos de fiscalização e *accountability* presentes no sistema democrático. Dá-se ao público, então, condições de avaliar positivamente as instâncias democráticas. A mídia jornalística, por outro lado, também favorece várias formas de participação política (Rennó, 2003), além da adesão aos partidos políticos como elemento necessário à democracia (Schlegel, 2006), o que demonstra o papel positivo do jornalismo também para outras variáveis da qualidade do regime.

No Brasil, existe grande penetração da mídia eletrônica (comparável aos países mais desenvolvidos) aliada a um baixo nível de escolaridade e alto índice de analfabetismo. Por exemplo, 93% das moradias possuem pelo menos uma televisão (PNAD, 2006). Ao mesmo tempo, a circulação dos principais jornais atinge apenas 45,3 para cada 1000 habitantes (WAN, 2005). Os dados do *survey* “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas” (2006)<sup>3</sup> indicam que a fonte mais utilizada pelos cidadãos para se informar sobre política é a televisão, com 65,4% de preferência. A

---

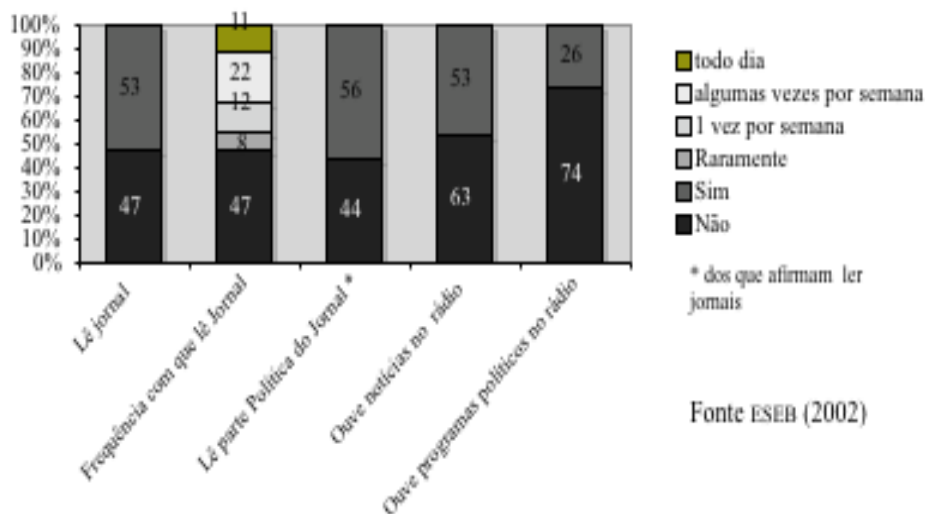
<sup>3</sup> Sob responsabilidade dos professores José Álvaro Moisés (USP) e Rachel Meneguello (UNICAMP).

avaliação da TV brasileira também é alta: 78,1% dos entrevistados a avaliam como ótima ou boa. Um dos veículos mais assistidos é o *Jornal Nacional* da Rede Globo. Somente 10,6% afirmam nunca assisti-lo, enquanto 67,7% o assistem pelo menos três vezes por semana.

Por outro lado, ainda que uma fonte privilegiada de informação, o telenoticiário não é a única que os cidadãos utilizam para se informar. Apesar de uma parcela menor utilizar o rádio, esse meio sobrevive como “nicho” na obtenção de notícias. Dos que utilizam esse meio com esse fim, 71,5% são de municípios do interior e 62% são maiores de 35 anos (Meneguello, 2010). A antipolítica do jornalismo brasileiro também se reflete no rádio. Entretanto, diferentemente do telejornal (Mesquita, 2010), existem evidências de que suas críticas atravessam a fronteira da esfera individual, se refletindo também em críticas ao próprio sistema (Chaia, 2004), o que geraria uma “despolitização” dos ouvintes (Nunes, 1993).

Os jornais, por sua vez, se caracterizam por uma baixa leitura e pela cumulatividade e sobreposição. Daqueles que lêem jornal pelo menos uma vez a semana, 83% também afirmaram assistir o *Jornal Nacional* pelo menos uma vez a semana. O inverso não é verdadeiro. Apenas 45% dos que declararam assistir o *JN* ao menos uma vez por semana lêem jornais na mesma frequência (Meneguello, 2010). Apesar de sua relativa baixa circulação, a imprensa desempenha um papel ativo em denúncias de corrupção e na definição da agenda dos outros meios, como a TV, além de serem um “nicho” para cidadãos mais instruídos e formadores de opinião.

### Consumo de Notícias e Política - Jornais e Rádio



Fonte ESEB (2002)

Telenoticiários de qualidade - além do rádio e da mídia impressa - não esgotam as fontes de notícias dos cidadãos. Na televisão, existem também telejornais com menor audiência e com características mais específicas, voltados a temas mais populares e próximos ao cidadão, com grande ênfase em casos de crime e violência, tendo um tratamento mais sensacionalista. Apesar de uma audiência menor, também possuem um segmento do público que os assistem. Desses, um dos de maior audiência é o *Cidade Alerta*, da TV Record.<sup>4</sup>

### Consumo Cidade Alerta



Fonte ESEB (2002)

<sup>4</sup> Na época do survey. Atualmente, o apresentador – José Luiz Datena - encontra-se em outra emissora, a Rede Bandeirantes. O Nome do programa é *Brasil Urgente*.

Com o intuito de avançar na investigação do papel dos mídia noticiosa para o apoio político, propõe-se aqui a consideração de duas dimensões de apoio ao regime: a *adesão à Democracia per se* e a valorização do papel de *representação via partidos políticos*. Essas são as variáveis dependentes do estudo. As variáveis independentes são, além da leitura de jornais, o consumo de notícias pelo rádio e a audiência do telenoticiário *Cidade Alerta*, da Rede Record.<sup>5</sup>

Em consonância com o papel positivo desempenhado por telenoticiários de qualidade para adesão à democracia e valorização dos partidos políticos (Mesquita, 2010), propõe-se a seguinte hipótese:

**H<sub>1</sub>:** *Ler jornais se associa **positivamente** à maior adesão democrática e à uma maior valorização do papel de representação dos Partidos Políticos.*

Por outro lado, dadas as suas características particulares de maior ênfase em notícias negativas mais próximas ao cidadão, que por vezes extrapola a mera denúncia de casos de irregularidades para a crítica de aspectos mais institucionais:

**H<sub>2</sub>:** *Consumir notícias pelo rádio e assistir ao Cidade Alerta estão **negativamente** associados à adesão democrática e à valorização do papel de representação dos Partidos Políticos.*

Apesar de se utilizar nesse texto, por vezes, a linguagem da causalidade, está implícito que o que se fala aqui é de correlações, já que não se pode atribuir relações de causa e efeito com esse tipo de dados.

## **O Impacto da Imprensa**

Para os modelos com a mídia impressa, foram utilizadas três variáveis que constam do *survey* ESEB (2002). Uma dicotômica (em que o respondente afirma se costuma ler jornal), outra ordinal (com a frequência dessa leitura) e uma terceira (dicotômica) indagando a respeito de se ler a parte política do jornal. Os primeiros resultados mostram o impacto que têm na explicação de cada uma das variáveis listadas. Sendo as variáveis dependentes ordinais, optou-se por realizar o procedimento denotado por Regressão

---

<sup>5</sup> O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de pós-doutoramento em andamento (Fapesp – processo 08/57470-0).

Catagórica.<sup>6</sup> Com relação à valorização do papel dos partidos políticos, como esperado, quem mais lê a parte política menos concorda que eles só servem para dividir as pessoas. Entretanto, contrária a hipótese proposta, quanto mais se lê jornais, menos se acredita que a democracia é a melhor forma de governo.

**Tabela 1 Imprensa e Adesão à Democracia e aos Partidos Políticos**

Coeficientes de regressão (beta), controlados por variáveis socioeconômicas		
	discorda de “Partidos só servem para dividir as pessoas”	Democracia Melhor forma de governo
Lê Jornal R <sup>2</sup> N	ns	ns
Frequência leitura de jornais R <sup>2</sup> N	ns	-0,065** 0,072 1091
Lê parte de Política do jornal R <sup>2</sup> N	0,15*** 0,096 1100	ns

Significância: \*p < 0,10, \*\*p < 0,05, \*\*\*<0,01. N= número de casos. Fonte: ESEB (2002).

Para as variáveis independentes dicotômicas, se efetuou modelos de regressão logística. Assim como no modelo anterior, a frequência de leitura de jornais se associa negativamente à preferência pela democracia. Quanto aos princípios do regime democrático, essa mesma leitura, bem como a leitura específica da parte política, favorece a valorização do princípio de respeito às leis.

<sup>6</sup> (*Optimal Scalling* no SPSS). A regressão categórica quantifica dados categóricos dando valores numéricos às categorias. Isso resulta em uma equação de regressão linear *optimal* para as variáveis transformadas. Todas as variáveis do estudo foram recodificadas para que um coeficiente (Beta) positivo representasse sempre maior apoio à democracia. Assim, para uma variável dependente como “prefere a democracia do que qualquer outra forma de governo”, um Beta positivo representaria maior **concordância** com a frase. Para frases do tipo “Partidos só servem para dividir as pessoas” um coeficiente positivo representa maior **discordância**. Assim, todos os coeficientes positivos do estudo referem-se a maior impacto positivo sobre a dimensão em questão. Formulação das questões e detalhes no tratamento das variáveis podem ser obtidos por solicitação ao autor.

**Tabela 2 Regressão Logística – Imprensa e Adesão à Democracia**

<b>Respeito às Leis</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>					ns	
<b>Frequência leitura de Jornais</b>	.154	.092	2.826	1	.093	1.167
Constant	21.332	22769.4	.000	1	.999	2E+009
N= 1078. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.199. Porcentagem de acerto do modelo: 80,5%.						
<b>Lê parte de política do Jornal</b>	.503	.163	9.549	1	.002	1.653
Constant	20.724	22686.7	.000	1	.999	1E+009
N= 1073. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.212. Porcentagem de acerto do modelo: 80,4%.						
<b>Preferência por Democracia</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>					ns	
<b>Frequência leitura de Jornais</b>	-.262	.097	7.265	1	.007	.770
Constant	22.143	22579.1	.000	1	.999	4E+009
N= 1050. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.239. Porcentagem de acerto do modelo: 80,9%.						
<b>Lê parte de política do Jornal</b>					ns	

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. **Fonte:** ESEB (2002).

Do ponto de vista normativo, a imprensa não influi na percepção de quem os partidos deveriam representar. Não obstante, ler a parte política do jornal se associa a valorização dos partidos, na medida em que favorece a opinião de que é importante um presidente que seja identificado com essa instituição, como mostra a tabela 3. Por outro lado, sob uma perspectiva pragmática, tanto a leitura de jornais quanto de sua parte política desfavorecem a proximidade do cidadão com os partidos. Além disso, se associam a uma visão mais negativa dessa instituição. Aqueles que afirmam ler a parte política, mais acreditam que os partidos políticos representam mais os eleitores e grupos que os apóiam em detrimento do conjunto da população, como figura na tabela 4.

**Tabela 3 Regressão Logística – Imprensa e Visão Normativa dos Partidos**

<b>Partidos DEVERIAM representar conjunto da população</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>					ns	
<b>Frequência leitura de Jornais</b>					ns	
<b>Lê parte de política do Jornal</b>					ns	
<b>Partidos DEVERIAM representar eleitores e grupos que os apóiam</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>					ns	
<b>Frequência leitura de Jornais</b>					ns	
<b>Lê parte de política do Jornal</b>					ns	
<b>Melhor Presidente identificado com um Partido Político</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>					ns	
<b>Frequência leitura de Jornais</b>					ns	
<b>Lê parte de política do Jornal</b>	.262	.142	3.406	1	.065	1.300
Constant	.307	1.422	.047	1	.829	1.360

N= 1047. Nagelkerke R<sup>2</sup>: 0.225. Porcentagem de acerto do modelo: 66,9%.

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. **Fonte:** ESEB (2002).



**Tabela 4 Regressão Logística – Imprensa e Visão Pragmática dos Partidos**

<b>Partidos representam conjunto da população</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>					ns	
<b>Frequência leitura de Jornais</b>					ns	
<b>Lê parte de política do Jornal</b>					ns	
<b>Partidos representam eleitores e grupos que os apóiam</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>					ns	
<b>Frequência leitura de Jornais</b>					ns	
<b>Lê parte de política do Jornal</b>	.430	.147	8.497	1	.004	1.537
Constant	-.933	1.677	.310	1	.578	.393
N= 1043. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.249. Porcentagem de acerto do modelo: 70,3%.						
<b>Algum Partido representa sua maneira de pensar</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Lê Jornal</b>	-.487	.115	18.030	1	.000	.615
Constant	1.251	.451	7.702	1	.006	3.494
N= 2071. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.197. Porcentagem de acerto do modelo: 65,5%.						
<b>Frequência leitura de Jornais</b>					ns	
<b>Lê parte de política do Jornal</b>	-.531	.143	13.798	1	.000	.588
Constant	-19.612	22323.4	.000	1	.999	.000
N= 1044. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.264. Porcentagem de acerto do modelo: 65,9%.						

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. **Fonte:** ESEB (2002).

Assim como os telejornais de qualidade (Mesquita, 2010), portanto, a imprensa também parece favorecer a valorização de certos aspectos normativos dos partidos políticos. Por outro lado – a despeito desse função positiva – aumentam uma postura mais crítica em relação a eles. Uma possível explicação seria que, ao aumentar as expectativas dos indivíduos em relação à função dos partidos, a imprensa tornaria os cidadãos mais críticos em relação ao seu real desempenho. Não obstante, associações negativas encontradas também se estenderam a uma menor adesão à democracia, indo de encontro a resultados da literatura internacional, que mostram jornais de qualidade sempre associados a atitudes mais democráticas.

Essa disparidade encontrada pode se dever a uma questão metodológica. *Surveys* sobre outros países geralmente fazem uma diferença entre a leitura de tablóides e jornais de qualidade, sendo os resultados positivos descritos pela literatura sempre em relação ao último. No Brasil, como a leitura de jornais estilo tablóide não é expressiva como em outros países, *surveys* não costumam especificar nenhum tipo de jornal em suas questões. Pode-se estar medindo, portanto, o conjunto de jornais de qualidade, de orientação mais popular e de notícias locais, o que poderia influir nos resultados obtidos.

Por outro lado, a resposta pode estar na questão da direção de causalidade. Apesar de se usar aqui frequentemente esse tipo de linguagem, está implícito que o que se está falando é de associações, já que não é possível estabelecer relações de causa e efeito com esse tipo de dados. Dito isso, diferentes mídias poderiam responder por um padrão distinto de causalidade. A televisão, por exemplo, sendo um meio menos seletivo, poderia representar uma causalidade que vai das mensagens para os indivíduos. Cidadãos assistiriam telejornais por acaso, mas o aumento cognitivo possibilitado pelos noticiários representariam a possibilidade de avaliar melhor o funcionamento do sistema político.

Por outro lado, sendo os jornais mais seletivos em termos de consumidores, faria mais sentido interpretar uma linha de causalidade oposta. Indivíduos com determinadas orientações políticas prévias buscam nesse meio algo que reflita mais seus pontos de vista. Juntando-se isso ao fato de não ser possível saber exatamente que tipo de jornais - e portanto qual conteúdo - as pessoas estão lendo, isso poderia explicar os resultados distintos de associações encontradas entre esse dois meios.

### **O Impacto das Notícias no Rádio**

A segunda série de resultados diz respeito ao papel que representa o consumo de notícias pelo Rádio para as mesmas dimensões de apoio ao regime anteriormente analisadas. Além dessa variável utilizada, também se testou o impacto de ouvir programas que debatem temas políticos nesse mesmo meio. Os dados de modelos de regressão descritos na tabela abaixo não são significativos para as variáveis testadas.

**Tabela 5 Rádio e Adesão à Democracia e aos Partidos Políticos**

Coeficientes de regressão (beta), controlados por variáveis socioeconômicas		
	Democracia Melhor forma de governo	Discorda de "Partidos só servem para dividir as pessoas"
Ouve notícias no Rádio R <sup>2</sup> N	ns	ns
Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos R <sup>2</sup> N	ns	ns

Significância: \*p < 0,10, \*\*p < 0,05, \*\*\*<0,01. N= número de casos. Fonte: ESEB (2002).

Nos modelos de regressão logística, de maneira análoga, o consumo de notícias no rádio não se mostraram relevantes para explicar nem a adesão à democracia, nem o princípio do primado da lei, como figura na tabela 6..

**Tabela 6 Regressão Logística – Rádio e Adesão à Democracia**

Preferência por Democracia						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ouve notícias no Rádio					ns	
Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos					ns	
Respeito às Leis						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Ouve notícias no Rádio					ns	
Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos					ns	

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. Fonte: ESEB (2002).

De uma forma mais normativa, o rádio não é uma variável significativa para explicar a valorização de um presidente da república que seja identificado com os partidos. Não obstante, ouvir programas que debatem temas políticos no rádio favorece a idéia de que os partidos não deveriam representar o conjunto da população, mas os eleitores e grupos que os apóiam, conforme se esperava (tabela 7).

**Tabela 7 Regressão Logística – Rádio e Visão Normativa dos Partidos**

<b>Partidos DEVERIAM representar conjunto da população</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Ouve notícias no Rádio</b>					ns	
<b>Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos</b>	-.281	.128	4.810	1	.028	.755
Constant	1.269	.549	5.339	1	.021	3.558
N= 1911. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.215. Porcentagem de acerto do modelo: 75,8%.						
<b>Partidos DEVERIAM representar eleitores e grupos que os apóiam</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Ouve notícias no Rádio</b>					ns	
<b>Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos</b>	.320	.133	5.806	1	.016	1.376
Constant	-2.086	.623	11.197	1	.001	.124
N= 1911. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.193. Porcentagem de acerto do modelo: 78,7%.						
<b>Melhor Presidente identificado com um Partido Político</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Ouve notícias no Rádio</b>					ns	
<b>Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos</b>					ns	

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. **Fonte:** ESEB (2002).

De uma maneira mais pragmática, ouvir notícias no rádio, bem como programas que debatem temas políticos, afastam os indivíduos dos partidos. Quanto mais se ouve a essa programação, menos os indivíduos respondem que algum partido político representa sua maneira de pensar. De outro modo, ouvir programas de cunho político se associa a uma visão dos partidos como representando os eleitores e os grupos que os apóiam, em detrimento do conjunto da população, como mostra a tabela 8.

Ainda que não haja impacto sobre a adesão democrática, os dados dão base para confirmar a hipótese de que o rádio pode ter um papel de despolitização dos cidadãos. Além de se associar a visões normativas e pragmáticas negativas da função dos partidos políticos, o rádio – e talvez justamente por isso - parece afastar as pessoas dos mesmos.

**Tabela 8 Regressão Logística – Imprensa e Visão Pragmática dos Partidos**

<b>Partidos representam conjunto da população</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
Ouve notícias no Rádio					ns	
Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos					ns	
<b>Partidos representam eleitores e grupos que os apóiam</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
Ouve notícias no Rádio					ns	
Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos	.364	.119	9.279	1	.002	1.439
Constant	-.693	.503	1.900	1	.168	.500
N= 1901. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.204. Porcentagem de acerto do modelo: 68,0%.						
<b>Algum Partido representa sua maneira de pensar</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
Ouve notícias no Rádio	-.212	.103	4.193	1	.041	.809
Constant	1.030	.496	4.308	1	.038	2.802
N= 1948. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.195. Porcentagem de acerto do modelo: 64,6%.						
Ouve Programas de rádio que debatem temas políticos	-.323	.116	7.783	1	.005	.724
Constant	1.222	.497	6.046	1	.014	3.393
N= 1943. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.198. Porcentagem de acerto do modelo: 64,5%.						

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. **Fonte:** ESEB (2002).

### **O caso *Cidade Alerta***

A última série de resultados diz respeito ao impacto de uma programação televisiva específica: o programa *Cidade Alerta*, telejornal de cunho mais popular e sensacionalista. Os modelos de regressão abaixo mostram, conforme o esperado, que esse tipo de programação tem um impacto negativo, desfavorecendo a adesão à democracia. Quem mais assiste o *Cidade Alerta*, menos concorda que a democracia seja a melhor forma de governo. Da mesma forma, com relação aos partidos, essa audiência favorece a visão de que eles só servem para dividir as pessoas.

**Tabela 9 Cidade Alerta e Adesão à Democracia e aos Partidos Políticos**

Coeficientes de regressão (beta), controlados por variáveis socioeconômicas		
	Democracia Melhor forma de governo	Discorda de “Partidos só servem para dividir as pessoas”
Audiência “Cidade Alerta”	-0,068**	-0,053*
R <sup>2</sup>	0,051	0,067
N	943	978

Significância: \*p < 0,10, \*\*p < 0,05, \*\*\*<0,01. N= número de casos. Fonte: ESEB (2002).

Os modelos de regressão logística apontam no mesmo sentido. A preferência pela democracia e a valorização do primado da lei não estão associadas a audiência desse tipo de programação, como mostra a tabela abaixo,

**Tabela 10 Regressão Logística –Cidade Alerta e Adesão à Democracia**

Preferência por Democracia						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Audiência “Cidade Alerta”					ns	
Respeito às Leis						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Audiência “Cidade Alerta”					ns	

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. Fonte: ESEB (2002).

Por outro lado, assistir ao *Cidade Alerta* favorece a visão normativa de que os partidos deveriam representar os eleitores e os grupos que os apóiam, em detrimento de uma visão que valorize a representação do conjunto da população, como figura na tabela 11.

**Tabela 11 Regressão Logística – Cidade Alerta e Visão Normativa dos Partidos**

<b>Partidos DEVERIAM representar conjunto da população</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Audiência “Cidade Alerta”</b>	-.112	.046	6.083	1	.014	.894
Constant	2.176	.745	8.524	1	.004	8.815
N= 1017. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.246. Porcentagem de acerto do modelo: 77,0%.						
<b>Partidos DEVERIAM representar eleitores e grupos que os apóiam</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Audiência “Cidade Alerta”</b>	.107	.047	5.115	1	.024	1.113
Constant	-3.074	.837	13.473	1	.000	.046
N= 1017. Nagelkerke R <sup>2</sup> : 0.243. Porcentagem de acerto do modelo: 79,1%.						
<b>Melhor Presidente identificado com um Partido Político</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Audiência “Cidade Alerta”</b>					ns	

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. **Fonte:** ESEB (2002).

As demais variáveis testadas não atingiram significância estatística, como demonstra a tabela 12.

**Tabela 12 Regressão Logística – Cidade Alerta e Visão Pragmática dos Partidos**

<b>Partidos representam conjunto da população</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Audiência “Cidade Alerta”</b>					ns	
<b>Partidos representam eleitores e grupos que os apóiam</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Audiência “Cidade Alerta”</b>					ns	
<b>Algum Partido representa sua maneira de pensar</b>						
	<b>B</b>	<b>S.E.</b>	<b>Wald</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Exp(B)</b>
<b>Audiência “Cidade Alerta”</b>					ns	

Controlado por: sexo, idade, instru, renda. **Fonte:** ESEB (2002).

## Breves Considerações Finais

A mídia é um fator relevante a ser considerado para o entendimento dos cidadãos acerca dos assuntos do Estado. A informação contida nela pode auxiliar no engajamento dos cidadãos com a democracia, ou torná-los mais avessos a princípios democráticos. Para entender o papel que a mídia representa para o apoio público à democracia, é preciso levar em conta diferentes impactos das diferentes fontes de notícias a que os cidadãos estão expostos.

Os dados aqui apresentados confirmam esse papel plural das notícias, a depender do meio em questão. De um lado, a imprensa se mostrou positivamente associada a valorização normativa do papel dos partidos políticos, conforme a hipótese proposta. No entanto, essa visão é acompanhada de uma avaliação mais crítica sobre o papel que os partidos desempenham de fato. Isso pode explicar porque a leitura de jornais também apareceu associada a um sentimento de menor proximidade aos partidos. Dito de outra forma, os maiores consumidores de jornais esperam que os partidos representem mais o conjunto da população, avaliam que eles na verdade representam mais os eleitores e grupos que os apóiam, se sentindo, então, menos próximos a eles. Conforme se esperava, também, a imprensa favorece certos princípios do regime democrático, como o primado da lei.

O dado mais intrigante, entretanto, ficou por conta do desfavorecimento da adesão democrática propriamente dita. Por um lado, uma diferença metodológica de aferição do consumo de jornais poderia explicar a disparidade entre os dados aqui apresentados e o que vem sendo relatado por parte da literatura internacional. Estudos que apontam o papel positivo da imprensa medem a leitura de jornais de qualidade em contraposição ao consumo de tablóides, diferentemente de questionários no Brasil, que não diferenciam esses tipo de leitura. O que poderia se estar medindo, portanto, é o conjunto da imprensa, aí incluídos notícias locais e de orientação mais popular, além de jornais de qualidade. Por outro lado, sendo esse meio mais seletivo em termos de consumidores, seria possível sustentar que pessoas com determinados pontos de vista consomem jornais que refletem essas opiniões prévias, mais do que uma possível causalidade que vai das mensagens para os leitores.



O consumo de notícias e política pelo rádio, por outro lado, não se mostrou relevante para a adesão ao sistema democrático ou aos seus princípios. Como esperado, no entanto, ele possui um papel negativo tanto para expectativas dos indivíduos sobre o papel que os partidos deveriam desempenhar, quanto para a avaliação de sua real função. Essa evidência empírica é consistente com pontos de vista teóricos que sugerem um papel de despolitização por parte do rádio (Nunes, 1993). Se esse tipo de audiência fomenta o ponto de vista que os partidos não deveriam e, de fato, não representam a população, porque eles deveriam se sentir próximos a eles?

A audiência do *Cidade Alerta* segue na mesma direção. Ainda que relevante para um menor número de variáveis, esse programa desfavorece tanto a adesão à democracia quanto a valorização dos partidos políticos. Tanto para o rádio, quanto para programas de cunho mais sensacionalista, os dados mostram que a maneira de se abordar notícias negativas sobre o campo da política pode fazer diferença. Noticiários de qualidade cobrem casos de corrupção sob uma ótica individual e não institucional. A perspectiva de que a mídia vigia o poder, em sua função de *watchdog*, pode estar relacionado com o fato de esse tipo de audiência estimular atitudes de apoio às instituições e valores democráticos. Por outro lado, se as críticas da mídia ultrapassam a fronteira do individual para o institucional, esse efeito pode ser o inverso. Mais estudos que forneçam maiores detalhes sobre o conteúdo desse tipo de programação poderiam auxiliar no entendimento dos resultados encontrados.

Dito isso, a mídia noticiosa se constitui uma preocupação para a qualidade democrática? Como exposto anteriormente, os dados aqui apresentados se referem a fontes secundárias de notícias. A audiência de telejornais de qualidade, principal fonte de notícias dos brasileiros, aparece em estudos sempre associada a atitudes de apoio ao regime (Mesquita, 2010a, 2010b). As associações negativas apresentadas pelo consumo de rádio e de programas estilo “tablóide” devem ser indicativos de que o tipo de mensagem importa para os resultados verificados: nem toda a mídia é igual. No entanto, continuam representando uma fonte de informação para um segmento mais restrito da população, o que não deveria constituir, em princípio, maiores impactos sobre a qualidade do regime no país.

## Referências:

- CAPPELLA, Joseph; JAMIESON, Kathleen. *Spiral of Cynicism. The press and the public good*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.
- CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco Antônio. “Democracia e Escândalos Políticos”. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4) 2001.
- \_\_\_\_\_.; AZEVEDO, Fernando Antonio. “O Senado nos Editoriais Paulistas (2003-2004)”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n. 1, Junho, 2008.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Telejornalismo e Radiojornalismo nas Eleições de 2000 e 2002*. Relatório do sub-projeto, PUC-SP, São Paulo, 2004.
- COLEMAN, J. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990
- DALTON, Russel. “Political Support in advanced industrial democracies”. In: NORRIS, Pippa (ed). *Critical Citizens*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- “Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas, A”. Survey do projeto dirigido e coordenado pelos professores MOISÉS, José Álvaro (usp) e MENEGUELLO, Rachel (Unicamp), 2006. Apoio Fapesp (processo: 04/07952-8).
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. “The quality of Democracy – an overview”. *Journal of Democracy*, vol. 15, n. 4, 2004.
- EASTON, David. *A System Analysis of Political Life*. New Cork: Wiley, 1965.
- GARSON, David. “Multiple Regression” from *Statnotes: Topics in Multivariate Analysis*. Acesso em 11/07/2008 de <http://www2.chass.ncsu.edu/garson/pa765/regress.htm>.
- PATTERSON, Thomas. “The United States: news in a free-market society”. In: GUNTHER, Richard; MUGHAN, Anthony (ed.). *Democracy and the Media, a comparative perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- MERVIN, David. “The News Media and Democracy in the United States”. In: RANDALL, Vicky (ed.). *Democratization and the Media*. London/ Portland: Frank Cass, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel. “Aspectos do Desempenho Democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, José Álvaro (org). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.
- MESQUITA, Nuno Coimbra. *Mídia e Democracia no Brasil: Jornal Nacional, Crise Política e Confiança nas instituições*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 2008(a).
- \_\_\_\_\_. *Mídia e Corrupção: notícias negativas, percepção negativa?*. Texto apresentado no 6o encontro da ABCP, Unicamp, Campinas, 2008(b)
- \_\_\_\_\_. “*Jornal Nacional, Democracia e Confiança nas instituições democráticas*”. In: MOISÉS, José Álvaro (org). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010(a).
- \_\_\_\_\_. *Televisão, Telejornal e Apoio Político no Brasil*. Texto apresentado no 7o encontro da ABCP, Recife-PE, 2010(b).
- MIGUEL, Luis Felipe. “Mídia e eleições: a campanha de 1998 na Rede Globo”. *Dados*, vol. 42, n. 2, 1999.
- \_\_\_\_\_. “A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002”. *Dados*, vol. 46, n. 2, jan./03.

- \_\_\_\_\_. “Discursos cruzados: telenoticiários, HPEG e a construção da agenda eleitoral”. *Sociologias*, 6(11), jan.-jun.2004.
- \_\_\_\_\_. “A Crise e suas fronteiras: oito meses de mensalão nos editoriais dos jornais”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, n. 1, jun./2007.
- MOISÉS, José Álvaro. “Democracy, political trust and democratic institutions (the case of Brazil)”. Paper apresentado no seminário “Democracy and Citizens Distrust of Public Institutions in Brazil in Comparative Perspectives”, Oxford University, 1.º/jun./2007.
- \_\_\_\_\_. “Os Significados da Democracia segundo os Brasileiros”. In: IV Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política - ALACIP, 2008, Costa Rica. *Gobernanza sin Desarrollo? Repensar el Bienestar en America Latina*, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Cultura Política, Instituições e Democracia: Lições da experiência brasileira”. In: MOISÉS, José Álvaro (org). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.
- \_\_\_\_\_.; CARNEIRO, Gabriela de Oliveira. “Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil” In: MOISÉS, José Álvaro (org). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.
- NEUMAN, W. Russel. *The Paradox of Mass Politics*. Cambridge and London: Harvard University Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. “Interaction”. In: *International Encyclopedia of Communication*. Blackwell publishers and the ICA, 2007.
- NEWTON, Kenneth. “Mass media effects: mobilization or media malaise?”. *British Journal of Political Science* 29(4), 1999.
- NORRIS, Pippa. (ed). *Critical Citizens*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A Virtuous Circle: political communications in post-industrial democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NORTH, D. C. *Institutions, institutional change and economic performance*, Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 1990.
- NUNES, Marica et alli (1993). “O uso de Pesquisas Eleitorais em Decisão do Voto”, in *Opinião Pública*. Campinas: CESOP, vol.1, nº 2.
- NYE, Joseph. “Introduction: the decline of confidence in government”. In: NYE, Joseph et al. *Why People don't Trust Government*. Harvard: Harvard University Press, 1997.
- PUTNAM, Robert. “Tuning in, Tuning out: the strange disappearance of social capital in America”. *PS – Political Science and Politics* xxviii (4), 1995.
- \_\_\_\_\_.; PHARR, Susan (eds.). *Disaffected Democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton: Princeton University Press, 2000.
- PORTO, Mauro. “Televisão e voto: a eleição de 1992 para prefeito de São Paulo”. *Opinião Pública*, vol. iv, n. 1, abr./1996.
- \_\_\_\_\_. “La crisis de confianza en la política y sus instituciones: los medios y la legitimidad de la democracia en Brasil”. *América Latina Hoy*, n. 25, ago./2000(a).
- \_\_\_\_\_. “Novo apresentadores ou novo jornalismo?”. *O Jornal Nacional* antes e depois da saída de Cid Moreira”. *Comunicação e Espaço Público*, ano V, n. 1 e 2, 2002.
- \_\_\_\_\_. “The principle of diversity in journalism: *Jornal Nacional* and political deliberation in Brazil”. *Brazilian Journalism and Research*, vol. 1, n. 1, semester 1, 2005.

- RENNÓ, Lúcio. “Estruturas de Oportunidade Política e Engajamento em Organizações da Sociedade Civil: um estudo comparado sobre a América Latina” *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 21, nov. 2003.
- SCHLEGEL, Rogério. “Mídia, confiança política e mobilização”. Dissertação de mestrado. fflch-usp, São Paulo, 2006.
- SCHMITT-BECK, Rüdiger; VOLTMER, Katrin. “The mass media in Third-Wave Democracies: gravediggers or seedsmen of democratic consolidation?”. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; PUHLE, Hans-Jürgen (eds). *Democracy, Intermediation, and Voting on Four Continents*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- SCHOENBACH, Klaus; LAUF, Edmund. “Another look at the trap effect of television – and beyond”. *International Journal of Public Opinion Research*, 16(2), 2004.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Muito Além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*. São Paulo: Summus, 1985.
- STRAUBHAAR, Joseph; OLSEN, Orgen; NUNES, Ana Maria Cavaliari. “The Brazilian Case” in SKIDMORE, Thomas E. (ed.). *Television, Politics, and the Transition to Democracy in Latin America*. Washington: WWC Press; Baltimore/London: JHU Press, 1993.
- TSFATI, Yariv. “Media skepticism and climate of opinion perception”. *International Journal of Public Opinion Research*, 15(1), 2003.
- WOLTON, Dominique. *Elogio do Grande Público*. São Paulo: Ática, 1996.